

Direito e comunicação social em debate

Coube ao segredo [de Justiça] ser a alma... dos equívocos

R.A./D.B.

O instituto do segredo de Justiça foi a alma... dos equívocos, durante um colóquio realizado, sexta-feira, por iniciativa do rejuvenescido Instituto Jurídico da Comunicação (IJC) da Universidade de Coimbra.

O director do Jornal de Notícias, Afonso Camões, que não se livra da fama de ter ascendido ao cargo graças a hipotética influência de José Sócrates, questionou se faz sentido manter o dito instituto, mas não escondeu o aze-dume com que encara a cobertura noticiosa do Correio da Manhã acerca da “Operação Marquês”.

O advogado José Miguel Júdice foi muito cástico sobre alegadas violações do segredo de Justiça, sem assinalar, contudo, que vigora, desde 2007, um regime de excepção para a respectiva aplicação.

Acresce que juristas

e jornalistas passaram ao lado da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH) – cujo teor deve fazer levantar o cabelo do sobredito advogado, apologista do secretismo processual – e ignoraram que a narrativa dos casos não se confina aos autos dos inquéritos do foro criminal.

Convidado pelo “Campeão” para assistir ao debate, o catedrático de Direito (jubilado) Manuel Costa Andrade ensinava, de resto, que o crime de violação do segredo de Justiça não é imputável aos jornalistas.

No primeiro painel do colóquio, onde foram abordadas questões atinentes a “Direito e media”, falou-se também sobre a difícil sustentabilidade das empresas de comunicação social, opinando Camões que ela é “um dos principais constrangimentos da informação”.

António Lobo Xavier, advogado, acenou com as televisões para aludir a “um negócio de entretenimento e de pequenas doses de informação”.

No segundo painel (“Financiamento dos media e democracia”), a intervenção de Miguel Poiares Maduro ficou marcada pela sua visão optimista quanto ao futuro, a médio prazo, do jornalismo e da respectiva sustentabilidade.

Daniel Proença de Carvalho, administrador da sociedade Global Media, deu ênfase à dependência das empresas de comunicação social em relação ao sector financeiro.

O reitor da UC, João Gabriel, advertiu que a instantaneidade inerente à divulgação de informação pode ser adversa à reflexão.

De resto, alertou para “muita coisa” que, apesar de existente na Internet, afinal, nem sequer existe...